



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí

ATA Nº84– 01 de Julho 2016

Local:	Câmara Municipal de Vereadores- Dilermando de Aguiar	Horário :	13h30
Presidente: Ivo Mello	Vice-Presidente: Ernani Rossi	Sec.Executiva: Mariza Beck	

PAUTA

1. Abertura, apresentação da plenária, informes gerais, aprovação da ata
2. Qualidade da Água nos municípios da bacia do rio Ibicui – VIGIAGUA – Sec Estadual da Saúde
3. Ibicui Mirim e a aplicação do Decreto 52.701 para desassoreamento
4. Plano Diretor da Bacia do Ibicui – Fase C – resultados da Oficina em Imersão
5. Assuntos Gerais

1 Abertura: O presidente Ivo Mello saudou os presentes e, agradecendo a presença do prefeito de Dilermando de Aguiar, Sr Jaime Lima e do Promotor de Justiça lotado em São Francisco de Assis, Dr Flávio Brenner da Costa. Após as apresentações, colocou para apreciação a ata nº83 que foi retificada pelo representante da Odebrecht Ambiental, Herbert Dantas e, aprovada pela plenária. Comentou o Sr Herbert que a autorização pendente foi liberada ha poucos dias. E que o processo começou a andar a partir do dia 16 de junho e em breve a obra citada na ata será retomada. Pronunciando-se, o promotor Dr Flavio Brenner comentou sobre a atenção que a instituição está dando para os planos diretores das bacias hidrográficas, principalmente no que concerne ao saneamento básico e que acompanha, através do Resanear - um projeto misto na área urbanística e ambiental - os planos de saneamento e de resíduos sólidos municipais. Diz que tem ciência de que os planos diretores municipais e outros documentos de gestão ambiental terão que conversar e atender aos preceitos estabelecidos pelo plano da bacia, reconhecendo a possibilidade de conflito entre eles. Tem alertado que os municípios não podem trabalhar com a lógica de que são uma ilha, mas sim parte de um arquipélago, que no caso é a bacia hidrográfica, unidade de planejamento instituída por lei federal. Comentou que há uma rede na bacia formada por todos os promotores com atribuição ambiental, atuando sob a sua coordenação, com a função de manter uma interlocução mais próxima com os municípios, identificar problemas e conflitos e contribuir para que o plano da bacia se viabilize e possa alcançar os objetivos propostos. Ivo Mello comentou sobre o processo de planejamento da bacia do Ibicui e seus desafios que, tendo as águas classificadas em Classe 1, excetuado os trechos urbanos, principalmente na questão da instalação de empreendimentos lançadores de efluentes ou captadores de agua em quantidade considerável, poderia gerar algum conflito. Porém, os estudos, tendo como exemplo uma planta de produção de celulose, comprovou que as águas, pela vazão atual, dariam conta desta demanda, sem alteração da sua qualidade. O processo foi amplamente discutido com a sociedade da bacia, fato que refletiu a maturidade dos seus habitantes para o trato das questões ambientais em consonância com as necessidades de desenvolvimento econômico. Como ponto negativo, citou o problema de assoreamento do Ibicuí Mirim, que não apareceu nos estudos feitos pela consultoria contratada



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí

pelo estado e, que chegou ao Comitê Ibicuí, trazido por um grupo de produtores do Alto Ibicuí, em uma reunião realizada logo após a conclusão da elaboração das Fases A (Diagnóstico) e B (Enquadramento) do Plano de Bacia. Problema até hoje em discussão para ser resolvido.

2 Qualidade da Água nos municípios da bacia do rio Ibicuí – VIGIAGUA – Sec Estadual da Saúde

A secretária executiva, Mariza Beck, falou que a Secretaria Estadual da Saúde desenvolve um programa denominado Vigiágua, em operação desde o ano 2000, para monitoramento da qualidade da água usada pela população dos municípios gaúchos. Ao receber o relatório com os dados pela coordenadoria regional, solicitou o detalhamento para os municípios da bacia abrangida pelas 10ª e a 4ª coordenadorias e, convidou a sra Ivete Silveira, representante da SES para apresentar os resultados à esta plenária. Ivete iniciou, instruindo à observação das contas de água das concessionárias que já publicam, no documento, o índice de qualidade do município. Mostrou os resultados obtidos com a análise em sistemas de abastecimento coletivos - SAC (poços comunitários) e individuais - SAI, instalados em lugares onde não passa rede de abastecimento. Nestes locais, uma pessoa responsável transmite as informações para a secretaria. A coordenadoria capacita um vigilante municipal para coletar as amostras mensais, cuja quantidade depende do número de habitantes. Os parâmetros são indicados pela Portaria nº 2914 de 2011. Em Alegrete há um LACEN (Laboratório), que atende a região. Um sistema on line recebe as informações coletadas e os resultados da análise. O resultado retorna para os municípios. Quando um parâmetro é apontado como fora do padrão, o local da análise é rastreado e a Vigilância atua para corrigir o problema. Herbert comentou que é comum quando a água é coletada no hidrômetro estar dentro do padrão e na torneira da casa estar contaminada. Nestes casos, explicou Ivete, a vigilância vai até o local e orienta a desinfecção dos equipamentos da residência. Comentou também, que alguns vigilantes não digitam as coletas e os municípios ficam sem os reais resultados, como apareceu na tabela mostrada na reunião, onde Livramento, Uruguaiana e Maçambará zeravam os indicadores. Comprometeu-se a atualizar os dados. O prefeito Jaime Lima sugeriu que os agentes de saúde sejam capacitados para fazer este serviço, já que conseguem chegar nos locais mais remotos dos municípios. Respondendo para a Adriana Vargas, Ivete disse que as unidades monitoradas não são georreferenciadas. Igualmente orientou que quem não tem poço cadastrado que faça a solicitação na Coordenadoria. Informou que municípios com mais de 50 mil habitantes, em algumas escolas rurais estão sendo coletadas amostras para análise de agroquímicos em um laboratório no Rio de Janeiro. Noronha comentou sobre uma escola na localidade de Tuparaí, em Maçambará (ou Itaquiç) onde não há monitoramento e o diretor vem solicitando o serviço. Ivo Mello sugeriu que o sistema de saúde seja incorporado aos sistema de informações da bacia do Ibicuí previsto no plano da bacia.

3 Ibicuí Mirim e a aplicação do Decreto 52.701 para desassoreamento - Ivo contextualizou o problema de desassoreamento em uma linha de tempo e a secretaria executiva informou sobre o problema que agora se estabelece levantada pelos produtores em uma reunião da Associação dos Produtores Rurais do Alto Ibicuí, ocorrida em São Pedro do Sul, em junho p.p. Desde a 82ª Reunião Ordinária do CBH Ibicuí, em 19 de fevereiro de 2016, em Alegrete, quando a secretária Ana Pellini comunicou às prefeituras de Dilermando de Aguiar, São Pedro do Sul e Santa Maria, a possibilidade



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí

de uso do Decreto Nº 52.701, de 11 de Novembro de 2015, que instituiu o Programa Estadual de Estímulo à Limpeza e Desassoreamento dos corpos hídricos superficiais de dominialidade do Estado do Rio Grande do Sul com o objetivo de reduzir os danos causados por cheias e enchentes, que os executivos dos três municípios, através do SIOUT, buscam adequar os procedimentos para a execução do serviço de acordo com as regras ambientais estabelecidas. Acontece que a FEPAM e demais órgãos de fiscalização pertinentes, atentos a regramentos ambientais que dificultam e encarecem o processo, alguns, neste caso, causando danos maiores do que a metodologia proposta pelos técnicos contratados pelas prefeituras, precisam de segurança institucional para validar os procedimentos, como segue: Para abrir picada de acesso ao curso d'água com o mínimo de retirada de vegetação, o material, produto da desobstrução, como galhos e troncos poderiam ser deixados na área de preservação permanente, pois irá se decompor naturalmente, sem qualquer risco ambiental – A FEPAM pede a remoção do material do local o que exigirá entrada de caminhão de grande porte e, conseqüentemente, uma maior retirada de vegetação. Ainda neste caso, exige a reposição das espécies, mesmo com a possibilidade de manter o acesso para futuras intervenções, caso previsto nos itens X e XI do Art 6º do Decreto 52.701. O mesmo aplica-se a retirada de sedimentos que poderiam ficar dispostos às margens do rio, em distância que não possibilite retorno do material, para que não seja preciso, nem abertura maior da picada para acesso dos caminhões nem o deslocamento para depósitos, já que o sedimento retirado não poderá ser utilizado sem análise prévia. É do conhecimento geral que o sedimento exposto logo se incorpora ao solo, fixando-se por meio da vegetação que lhe tomará conta, sem prejuízo ambiental, lembrando que a quantidade deste material será o mínimo suficiente para limpeza do leito do rio e não um processo de mineração. Na reunião de São Pedro do Sul, a FEPAM de Sta Maria ficou de levar o problema para a SEMA e, na sequência, o CBH Ibicuí marcaria uma reunião com a secretária e o diretor do DRH, fato não concretizado por conta de viagem da secretária e férias do diretor. A representante da FEPAM, Renata Hartman, enfaticamente, atribuiu a descontinuidade do processo ao não agendamento da reunião, comprometido ao comitê pela secretaria executiva, Mariza Beck. Disse que a Fepam é órgão executivo, cumpridor de leis e que procedimentos contrários só poderão ser autorizados mediante alteração do decreto. Ivo disse que o sistema, há anos, coloca um balcão entre os técnicos e os usuários, sem ouvir e negociar as regras com os conhecimentos de quem vive próximo ao rio. O sistema não conversa com a sociedade., produzindo perdedores que não contribuirá em nada com o empreendedores, nem com o fiscalizador, nem com o meio ambiente. Alexandre Proença lembrou que estão lidando com produtores de alimentos que cultivam 5.500ha e, que estão vendo sua atividade prejudicada porque investem nas lavouras e, nas atuais condições do rio, veem seu dinheiro ir água a abaixo, por conta das grandes enchentes provocadas pelo assoreamento. Manter o produtor no campo está ficando difícil se nada for feito com urgência. Da forma como esta sendo exigido, pois tem áreas com mais de 200 m de mata, é inviável abrir acesso e movimentar com caminhões. O prefeito Jaime Lima disse que o rio é atribuição do estado que, pelo decreto foi passada para os municípios resolver o problema. As prefeituras assumiram a responsabilidade, mas os procedimentos exigidos inviabilizam a execução em nível municipal. João Bortoluzzi acredita que tem que conversar para se entender. Citou que há informações controversas como o tamanho do trecho assoreado que consta como 50 km contíguos quando na verdade são trechos interruptos de cerca de 250m. Há poucos lugares com barrancas de alta declividade. E que estão pedindo o acesso e serviço por dentro do leito do rio, mexendo o mínimo possível com a vegetação ciliar. Renata lembrou que os pontos de impasse devem ser levados para Porto Alegre e serem discutidos com a SEMA para alteração do decreto. Bortoluzzi disse que há um desânimo entre os produtores que se colocaram a disposição das prefeituras para auxiliar nas ações propostas pelo projeto técnico, pois as prefeituras estão com a



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí

licença em mãos e, quando houve a exigência de retirada do material, que na prática só poderá ser feita de helicóptero, acabaram se retirando do processo. **Encaminhamento:** Assim que o diretor Meirelles retornar de férias, o problema será levado ao seu conhecimento para apreciação e busca de solução.

4. Plano Diretor da Bacia do Ibicui – Fase C – resultados da Oficina em Imersão

Ivo comentou sobre a proposta do CBH Ibicui de instituir uma agência de bacia piloto, para atender as demandas previstas no plano diretor da bacia hidrográfica que está em elaboração. A entidade escolhida foi a Fundação Maronna por já ser a que convenia com a SEMA para receber os recursos de manutenção da secretaria executiva do CBH Ibicui. Adriana Vargas, coordenadora do projeto de instalação da Agência, falou sobre como o Grupo de Trabalho instituído está se organizando: Composição: Fundação Maronna (Adriana Vargas, coordenação; Henrique Farret e Nairele Bilhalva); CBH Ibicuí(Mariza Beck); UNIPAMPA (Prof Adriana Salbego, Prof Madruga e Prof Jose Wagner); IRGA (Ivo Mello e Alex Silva); SEMA (Marco Antonio Tirelli); OIEau (Patrick Laigneau). Adriana comentou sobre as primeiras ações que já foram priorizadas como a estruturação da agência, o cadastro dos usuários, a instalação das redes de monitoramento, o plano de comunicação social e a identificação de fontes de financiamento. Ressaltou o caráter voluntário dos integrantes do grupo de trabalho, cujas horas de trabalho estão sendo disponibilizadas pelas instituições, mas que também deverão ser consideradas na proposta de estruturação da agência. O custeio do plano deve ser através de uma taxa condominial dos usuários da bacia, disse Ivo Mello, porém, ressaltaram a Adriana e a Mariza , que devemos primeiro oferecer serviços que vão auxiliar na tomada de decisão dos usuários e, com esse objetivo é que este grupo está trabalhando. O promotor Flavio Brenner indagando mais informações sobre as estações de monitoramento, ouviu que a Prof Adriana Salbego esta responsável pela listagem dos critérios de localização e instalação das unidades e que de posse desta lista, o CBH Ibicui vai contatar com os representantes para identificar possíveis candidatos a guardiões de cada unidade. Patrick Laigneau, representante da Oficina Internacional da Agua, organismo francês responsável pela cooperação França- Brasil no processo de construção das agencias de bacia. Assim como na França, a cobrança pelo uso da agua veio depois da implantação da agencia, e este é o modo como estamos propondo a construção deste organismo. A cooperação envolve aporte técnico através da experiência dos consultores para orientação do processo. Comentou sobre a vinda de um estagiário francês, previsto para o próximo ano, que virá com o objetivo de desenvolver o modelo e a aplicação da modelagem SWAT para a bacia do Ibicui. Também falou sobre o a possibilidade de um programa de pagamento de serviços ambientais para ser aplicado junto aos produtores do Ibicui Mirim e parceria do Comitê Vacacaí, haja vista a transposição das aguas do Ibicui Mirim da bacia do Ibicui para o rio Vacacai, naquela bacia, para abastecimento parcial o município de Santa Maria. Adriana reforçou a ideia de que a Fundação Maronna está preparando um protótipo de agencia, mas que no futuro poderá ser ou não a agencia oficial da bacia do Ibicui.

Assuntos Gerais - A secretária executiva falou sobre o processo eleitoral que renova as entidades que participam do comitê Ibicui, estar em planejamento e para que seja iniciado pela secretaria executiva do Conselho de Recursos Hídricos, o comitê deve instituir a Comissão Eleitoral. A partir desta, a secretaria do



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí

CRH publica edital para as inscrições dos interessados por um período de dois meses, quando é realizada a reunião extraordinária para eleição. Manifestaram interesse o Alessandro Cruz, do Grupo III, representante da Secretaria da Agricultura e Pecuária e o João Carlos Noronha, da CORSAN, representando o Grupo I. Também confirmada a Adriana Vargas, da Fundação Maronna, pelo Grupo II. Os demais, serão informados na sequência. A secretaria também solicitou ao representante da Associação dos Produtores do Alto Ibicuí o envio da ata da reunião de São Pedro do Sul. Rubem Brasil lembrou e agradeceu ao CBH Ibicuí que há algum tempo o comitê encaminhou uma moção de recomendação à Secretaria de Obras e Saneamento para a vinda da CORSAN para o município de Dilermando de Aguiar e que o ato foi concretizado. O prefeito Jaime Lima disse que o município está elaborando o Plano de Saneamento e que problemas como a vazão dos poços de abastecimento devem estar contemplados. Ivo lembrou que há estímulo do comitê para a implantação de estações de tratamento alternativos, mais baratos, de rápida implantação e eficiente. Mariza Beck disse que ontem foi divulgada uma recomendação da EMBRAPA para adoção de três tecnologias: o uso do clorador, o biodigestor e os jardins filtrantes como medidas necessárias para atingir a universalização do saneamento previsto no Plano Nacional de Saneamento. Nada mais havendo a tratar, assinam esta ata a secretária executiva, redatora desta e o presidente do Comitê Ibicuí.

Alegrete, 01 de Julho de 2016.

Secretária Executiva

Presidente